CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 20 I Julho-Agosto de 2006

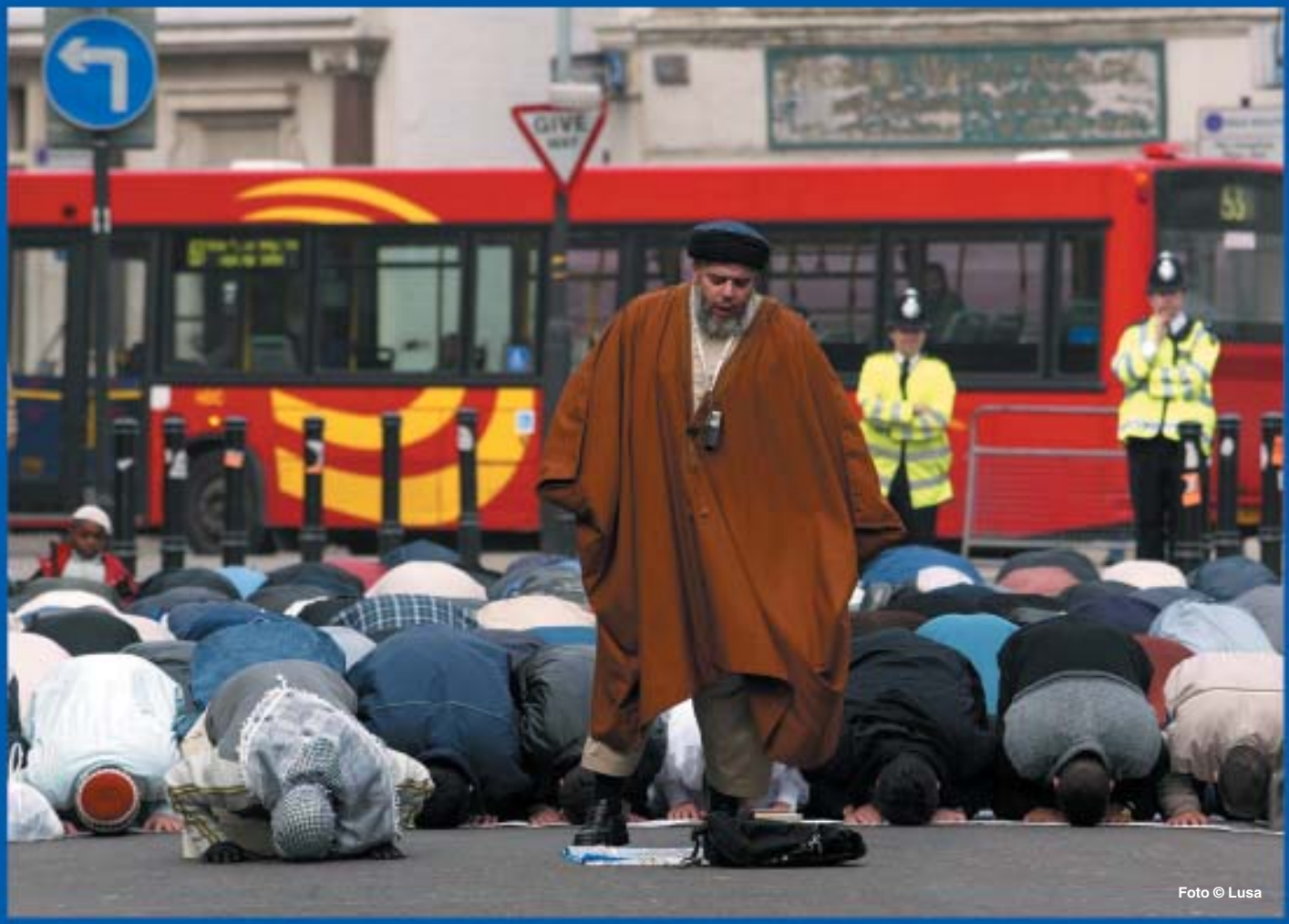


Foto © Lusa

... já não vejo os típicos cidadãos londrinos do meu imaginário

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Nº 20 I Julho-Agosto de 2006

Cidadania e Defesa

Boletim Informativo da AACDN
Associação de Auditores dos
Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto
1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888
Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site
www.aacdn.pt

Ficha Técnica

Direcção
Dr Abílio Ançã Henriques

Edição
Dr Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Noticias
de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D
2080-221 Almeirim
Tel : 243 5910555 Fax: 243 597 559
E-mail:geral@gráficaCentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

EDITORIAL

Neste número

3 I Editorial

4 I Profissionalização
do Serviço Militar

8 I União Europeia
Os problemas resolvidos

10 I O Desafio da Mudança

12 I Ministros da Defesa Nacional
Adelino Amaro da Costa

13 I Encontro Anual
de Auditores de Defesa Nacional

14 I Anglo - Árabes

17 I A Constituição Europeia

20 I Acontecimentos e Actualidades

26 I UmDeCadaVez

Capa - Um líder religioso mussulmano dando um "pray meeting", numa rua de Londres

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Caros Colegas

A recente remodelação governamental, com as mudanças de titulares nos ministérios da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, constitui um acontecimento que merece ser assinalado pela nossa Associação.

Por um lado, uma alteração governamental, com impacto directo na área da Defesa Nacional, é assunto de manifesto interesse para os Auditores de Defesa Nacional.

Mas, por outro lado, o facto de a um Auditor de Defesa Nacional, o Dr Luís Amado, se suceder na titularidade do Ministério da Defesa Nacional outro Auditor, nosso Associado, o Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, é acontecimento que deixa particularmente honrados todos os Auditores de Defesa Nacional.

Neste momento de mudança, é devida uma palavra de agradecimento e um testemunho público de admiração ao Dr Luís Amado, pelo excelente relacionamento institucional mantido, enquanto Ministro da Defesa Nacional, com a nossa Associação.

É certo que o assumir, nesta altura, do cargo de Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros inviabilizou a presença do Dr Luís Amado como nosso orador convidado num jantar-debate aprazado para o corrente mês de Julho.

Embora perdendo o privilégio de poder ouvir, no ambiente próprio dos jantares-debate da nossa Associação, as mensagens que o Dr Luís Amado naturalmente reservaria para os Auditores de Defesa Nacional, é tempo de registar a disponibilidade que oportunamente tinha manifestado e formular votos das maiores felicidades pessoais e profissionais no relevante cargo governamental agora assumido, de Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Ao novo titular do Ministério da Defesa Nacional, Prof Doutor Nuno Severiano Teixeira, profundo conhecedor das temáticas da Defesa Nacional, em cujo percurso profissional, para além de funções governativas, se assinala a passagem como Director do Instituto da Defesa Nacional, expressamos as nossas expectativas muito positivas quanto às respostas que serão encontradas para os desafios colocados ao seu Ministério e ao Governo, em particular na adequada inserção da temática da Segurança e Defesa na nossa vida pública, contribuindo para a afirmação de Portugal. Para este efeito, contará sempre com a disponibilidade e o apoio da nossa Associação.

A curto prazo, a forma de implementação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, no que se refere ao enquadramento do Instituto da Defesa Nacional, ao reconhecimento da importância do IDN na Sociedade Portuguesa e à consagração da relevância do Curso de Defesa Nacional, constituirão certamente momentos decisivos na definição das orientações políticas adoptadas pelo novo Ministro da Defesa Nacional, de que muito esperamos para a construção do futuro de Portugal.

Abílio Ançã Henriques

Profissionalização do Serviço Militar

O factor estrutural económico-financeiro

O factor financeiro, independentemente do projecto ou actividade onde seja ponderado é, simultaneamente, omnipresente e transversal: atravessa e influencia de forma interactiva todas as restantes variáveis a considerar. A avaliação deste factor no contexto do projecto-profissionalização do serviço militar continua a ser, volvidos quase seis anos desde a sua adopção, campo de acesa discussão, para mais nos correntes tempos de contenção. Certo é ser virtualmente impossível calcular de forma absolutamente exacta o seu impacto quando aferido num âmbito tão global quanto o presente, pois a sua aferição não se esgota com a mera consideração do custo individual "por cabeça" de cada militar contratado, comparativamente com o conscrito. Nas mudanças de natureza estrutural, tal custo individual, na medida em que respeita a um dos muitos factores a considerar, não pode ser isoladamente considerado. Nem mesmo muitas das vantagens imputáveis ao projecto poderão ser quantificadamente mensuradas, nalguns casos, pelo simples motivo de que vão além do seu mero valor venal. Além de que tende sempre a extravasar da esfera puramente financeira para a económica, naturalmente mais vasta e compósita.

... a quantos empresários nacionais não agradaria possuir recursos humanos bem formados, habituados a lidar com as novas tecnologias e dotados de um espírito de missão, disciplina e trabalho em equipa que são, e sempre foram, apanágio da instituição militar

Estruturalmente, a dimensão deste problema entronca numa mentalidade de Defesa Nacional, infelizmente, de há largos tempos arredada da consciência colectiva nacional, ainda mais difícil de singrar em épocas de ausência de conflitos em que os países não sejam intervenientes directos. O que desde cedo nos levou a questionar sobre se estariam umas Forças Armadas (FAs) de raiz conscricional preparadas ou mesmo facetadas para a prossecução do tipo de missões que lhes são hoje atribuídas.

Ressalvando a ordem de grandeza que é devida, bem como os interesses de projecção estratégica naturalmente diferentes, cremos que a raiz do problema pode ser explicada pelo raciocínio que presidiu, na década de 70, ao fim da conscrição no Exército norte-americano, na sequência do epílogo da intervenção no Vietname. E se constituiu forte motivação para tal os profundos custos sociais derivados das sucessivas incorporações conscricionais de jovens americanos, há-de igualmente ter pesado o critério da eficácia no uso de forças militares, menores em número, mas melhores e mais bem preparadas.

Ao que parece, o grande paradigma na abordagem da matéria em apreço, reduzindo-a ao mínimo entendível, consiste em equacionar o seguinte problema: Vale mais gastar, suponhamos, apenas 100, quando daí pouco ou nada se retira em termos de operacionalidade, prontidão e emprego das forças assim sustentadas; ou, ao contrário, gastar 300 ou 400, mas sabendo que poderíamos alcandorar-nos a níveis de empregabilidade de forças e de eficácia na prossecução das missões, que os tais 100 nunca permitiriam?

A plataforma analítica na qual se baseia a discussão em curso, além de imediatista e superficial, não é, globalmente, a mais correcta, na certeza de que, questões como a presente, não podem ser contabilizadas, apenas numa perspectiva de mera avaliação da massa salarial a despender. E não nos estamos sequer a referir aos tradicionais encargos de soberania, aparentemente incontabilizáveis, mas capazes de garantir e potenciar a auto-estima e o orgulho de uma nação[1].

Referimo-nos à perspectiva global e sistémica, à luz da qual questões como a presente não podem deixar de ser avaliadas. Ou seja, às sinergias potencialmente geráveis de uma política de recrutamento e reinserção orientadas para "o todo" nacional, visando o aproveitamento das competências formativo-profissionais adquiridas durante o período de retenção nas fileiras. Aflorando superficialmente esta vertente do problema, não podemos deixar de conjecturar a quantos empresários nacionais não agradaria possuir recursos humanos bem formados, habituados a lidar com as novas tecnologias e dotados de um espírito de missão, disciplina e trabalho em equipa que são, e sempre foram, apanágio da Instituição Militar.

Fotos: Homem Cardoso, in Soldados

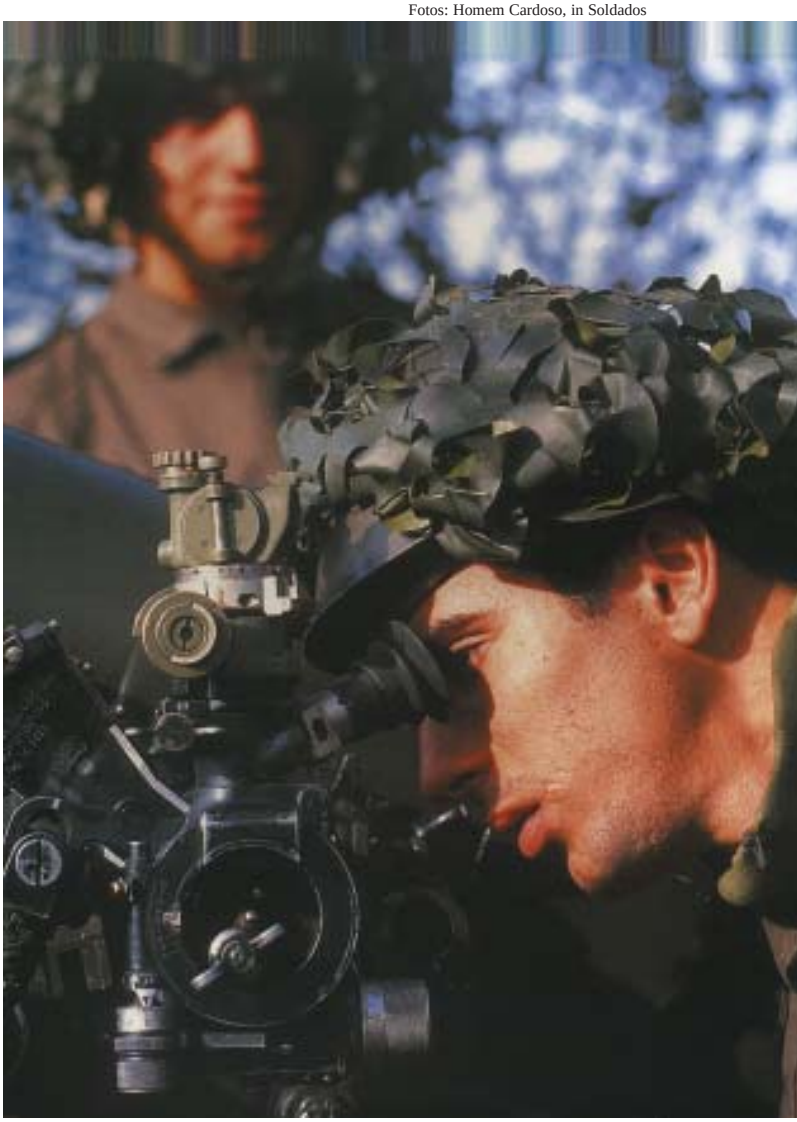


Foto: Homem Cardoso, in Soldados

E aludimos, ainda, aos custos de natureza organizacional relacionados com a sustentação da "máquina" militar, não tanto a operacional mas, sobretudo, a de suporte ao nível da administração do pessoal e da logística não-especializada.

Para quem pretende ter um papel activo, ombreando, proporcionalmente, é certo, com os restantes parceiros europeus, parece claro que a opção deverá ser pela qualidade em vez da quantidade. O problema é que a qualidade tem um custo, muitas vezes aparentemente incomportável. Mas sê-lo-á, verdadeiramente no caso em apreço, sopesadas todas as variáveis do problema?

É bom que se sublinhe que tanto a Marinha como a Força Aérea, de há anos que deixaram de recorrer à fácil e cómoda solução dos efectivos conscricionais. Seguiu-as o Exército, mais recentemente. Qualquer dos referidos ramos possuem hoje perfeitamente asseguradas as suas necessidades de pessoal extra-quadros permanentes pelo

Foto: Revista da Armada

recurso aos RV/RC, facto relativamente ao qual não é estranho o avanço dos sistemas tecnológicos afectos às suas missões, cuja operabilidade nunca poderia compadecer-se com um serviço militar não-profissional, impondo, pelo contrário, espaços de formação e de permanência nas fileiras temporalmente alargados.

Sem prejuízo da promoção e divulgação dos adequados estudos, afigura-se-nos, de senso comum, poderem ter-se por assentes algumas insofismáveis realidades.

Incorporar contigentes, por exemplo, de seis em seis meses, significa a eliminação física de peças de fardamento que poderiam ter uma duração média de três a cinco anos (basta atentar nos períodos de dotação dos fardamentos).

Tal significa, ainda, a necessidade de manter a máquina da classificação, selecção e instrução militar a funcionar por mais vezes do que aquelas que funcionaria perante um sistema mais estável e planeado, baseado numa filosofia

... mentalidade de Defesa Nacional, infelizmente, de há largos tempos arredada da consciência colectiva nacional

de permanência, continuidade e adequada gestão dos efectivos contratados.

Para não falar já da preparação e experiência profissional que um militar conscrito não pode ter. No primeiro caso, porque não compensa em termos de investimento de formação; no segundo, por motivos de evidente limitação temporal.

Profissionalizar ou voluntarizar significa, forçosamente e em paralelo, racionalizar e reorganizar. E ressalvando as especificidades objectivamente comprovadas, inerentes às vicissitudes funcionais próprias de cada um dos diferentes ramos, verificamos, com alguma evidência, ser extremamente difícil a um país produtor de riqueza idêntica à de Portugal, dar-se ao luxo de sustentar situações de tripla sobreposição funcional entre os diferentes ramos[2], isto é, onde funções absolutamente idênticas e que nada contendem com a especificidade operacional de cada um deles são concomitantemente prosseguidas por todos. Ou, ainda, de desaproveitar a *eficientização* de sinergias em

... tradicionais encargos de soberania, aparentemente incontabilizáveis, mas capazes de garantir e potenciar a auto-estima e o orgulho de uma nação

Foto: Homem Cardoso, in Soldados

áreas do interesse comum dos próprios ramos, como sejam a saúde militar; ou, mesmo que parcialmente, no caso do ensino e formação.

E quanto custa a mais, ao erário público, o facto de, no exercício de determinada função acessória, ter um militar em vez de um civil, cujo preço da respectiva formação, bem como da remuneração auferida, é indesmentivelmente superior?

Se bem que a lógica do recrutamento militar não possa alhear-se do Conceito Estratégico de Defesa a adoptar, nem ao planeamento de forças militares que, a jusante, lhe dará execução, matérias existem, porém, cuja matriz estrutural e até sociológico-militar podem e devem ser asseguradas quanto antes, tal o seu grau de previsibilidade em face das novas exigências. Está neste caso a lógica de captação e afectação dos efectivos militares, o que é dizer-se a filosofia que subjaz ao recrutamento militar. Aprioristicamente, o *ratio* do recrutamento tem de apontar para uma meta objectiva: o recrutamento não pode servir de justificação para a estrutura; pelo contrário, é a estrutura que deve justificar as necessidades e o modelo do recrutamento.

Tomando o caso da Espanha, país de outros recursos e expressão geográfica, a análise e solução do problema em apreço foi praticamente contemporânea do momento em que, em Portugal, se gizava a nova LSM[3]. Ali, a gestão dos sistemas de recrutamento e de incentivos à prestação de serviço militar profissional passou a centralizar-se num departamento do Ministério da Defesa[4], responsável pelos serviços de recrutamento existentes no terreno, ao nível nacional.

A viragem para a profissionalização obrigou à reforma do pensamento subjacente ao modelo de recrutamento, com evidentes ganhos ao nível da diminuição da despesa com o funcionamento da máquina de suporte administrativo. De tal modo que os centros de recrutamento de voluntários funcionam numa perspectiva integrada (recrutam para os três ramos), afectando efectivos, em média, cinco vezes inferiores ao existente em qualquer dos nossos 11 centros de recrutamento espalhados por todo o território continental e insular.

Incorporar contigentes(...) de seis em seis meses, significa a eliminação física de peças de fardamento que poderiam ter uma duração média de 3 a 5 anos

Sem exageros, Portugal pode, comprovadamente e no mínimo, fazer exactamente o mesmo. De tal modo que, contas feitas a final, seguramente se constatará que o preço acrescido por indivíduo-militar não pesará tanto no orçamento com pessoal, quanto pesaria (e pesa…) pela mera aplicação do princípio da profissionalização, num ambiente organizacional das FAs idêntico ao que teimamos ainda alimentar hoje, excessivamente "burocratizado", dispendioso e passível de maior e melhor eficientização.

Dr Raúl Maia Oliveira*
Auditor da CDN04

* Adjunto do Secretário de Estado Adjunto do MAI.
Ex-chefe da Divisão de Incentivos à Prestação de Serviço Militar – MDN.

[1] Ou veja-se, pura e simplesmente, o caso espanhol com o incidente na ilha da Salsa (Perejil).

[2] Por vezes quadruplicação, se atentarmos nalgumas competências comedidas, quer ao EMGFA, quer mesmo, à própria DGPRM.

[3] Aprovada pela Lei nº 174/99, de 21 de Setembro.

[4] No caso, a Dirección General de Recrutamiento e Enseñanza Militar, dependente da Subsecretaria da Defesa.

Os problemas resolvidos

União Europeia

A definição da zona de comércio livre e a criação da zona aduaneira

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, algumas tentativas foram feitas para construir na Europa uma Zona de Comércio Livre. Destinar-se-ia a fazer crescer o movimento de trocas entre os países da zona e o objectivo último seria o de proporcionar a estabilidade no continente.

O enunciado deste modelo implica a não-existência de barreiras alfandegárias, ou outras – por exemplo técnicas – para os produtos produzidos em cada um dos países aderentes. O que desde logo coloca a questão de se saber se um produto é ou não produzido num determinado país, na totalidade ou em parte. Logo, muitas vezes podem surgir dúvidas sobre a verdadeira origem do mesmo. E neste campo da actividade humana surgiram três projectos na Europa do pós-guerra:

A OECE, que se iniciou com o Plano Marshall;

A CEE (Comunidade Económica Europeia), em 1957;

A AECL/EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), em 1959.

Entre estas duas últimas organizações foi instituída, mais tarde, já na década de 1990, pela Convenção do Porto, o EEE – Espaço Económico Europeu – que é uma Zona de Comércio Livre que agrupou os países da CEE, hoje União Europeia, e os países da EFTA.

No seio da OECE pretendeu-se contruir um Espaço de Livre Câmbio, ou livre troca, que englobasse todos os países europeus.

A CEE quis construir uma ligação mais profunda entre os países que a constituíam e formou uma União Aduaneira.

Este modelo implicava, como vimos, a estruturação de uma política comercial comum aos países membros e o estabelecimento de Pautas Aduaneiras Comuns, que seriam aplicadas por todos, face aos produtos oriundos de países terceiros.

A CEE foi inicialmente uma União Aduaneira Industrial, que foi evoluindo para as esferas dos produtos agrícolas, com a criação de uma Política Agrícola Comum, tendo a seguir evoluído para uma Política Comercial Comum e, finalmente, para o estabelecimento de uma Política de Concorrência.

Esta fase foi um sucesso na vida dos seis países fundadores e contribuíu, na década de sessenta, para o relançamento e o crescimento da economia europeia. A EFTA construiu um espaço de Livre Comércio, sem União Aduaneira nem entidades supranacionais. Mas ocupemo-nos do antecessor da actual União Europeia.

A definição da União Económica e Monetária

Como objectivo a atingir em 1970, mas realmente atingido em 1968, a CEE propunha-se aprofundar, ainda mais, as relações entre os seus Estados-membros e construir um Mercado Comum. Este modelo define uma construção que vai para além da Zona de Comércio Livre e da União Aduaneira, pois às características destas acrescenta a criação das liberdades de circulação de pessoas, bens e capitais; ou seja, dentro do espaço assim criado, os bens produzidos em qualquer dos países, ou entrados nos mesmos, os capitais e todas as pessoas nacionais de um Estado-membro, podem circular livremente por todos os outros Estados do conjunto assim formado.

O passo seguinte seria a constituição de uma União Económica e Monetária. A União Monetária, último passo dessa fase, veio a nascer oficialmente em 1 de Janeiro de 1999 e foram seus membros fundadores, além de Portugal, outros dez países membros da União Europeia, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália e Luxemburgo. Ficaram de fora, por sua livre iniciativa e opção, a Dinamarca, o

Reino Unido e a Suécia. A Grécia ficou de fora, inicialmente, por ter sido recusada a sua entrada, pelo facto de não ter cumprido os critérios de adesão à moeda única.

Com a introdução desta política, os Estados aderentes passaram a ter uma moeda comum – o Euro – e a estar sujeitos a uma mesma política monetária e cambial, coordenada pelo Banco Central Europeu, o qual tem sede em Frankfurt.

A CEE foi inicialmente uma União Aduaneira Industrial, que foi evoluindo para as esferas dos produtos agrícolas

A ideia foi, pela primeira vez, de uma forma oficial e organizada, passada a escrito, em 1970, no denominado Relatório Werner, nome do Primeiro Ministro luxemburguês da altura, onde se enunciaram alguns passos destinados a criar a UEM, que teve sequência no Relatório Delors (nome do então Presidente da Comissão Europeia – Jacques Delors), elaborado em 1989, e que foi finalmente consagrada no Tratado de Maastricht de 1991. No entanto, é bom recordar que já o Conde Coudenhouve Kallergi tinha enunciado os princípios da União Económica e Monetária nos anos entre as duas guerras mundiais.

O Tratado de Maastricht (art.º 109º, alíneas e, f, j e l) introduziu regras e um calendário preciso para a criação da UEM, a qual se desenvolveria em três fases :

A 1ª fase, que decorreu entre 1 de Julho de 1990 e 31 de Dezembro de 1993, foi a etapa em que cada Estado adoptou, conforme o disposto no Tratado, no seu art.º 109º, e, n.º 2, as medidas necessárias à realização do Mercado Comum e, em especial, as que consagravam a liberalização da circulação dos capitais e o reforço da coordenação das políticas económicas;

A 2ª fase, entre Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro de 1998, foi a fase de preparação das diversas economias para adopção da moeda única, cumprindo as exigências consagradas no Tratado de Maastricht, os denominados Critérios de Convergência Nominal (Taxa de Inflação – esta não deveria exceder em 1,5 p.p. a média da taxa de inflação dos três países com a taxa mais baixa; Défice Orçamental Público – este indicador não deveria exceder os 3% do Produto Interno Bruto; Dívida Pública – que não deveria representar mais do que 60% do P.I.B., havendo, no entanto, alguma flexibilidade, desde que se observasse que o país estava a fazer sérios esforços para reduzir a sua dívida; Taxas Cambiais – as moedas não poderiam desvalorizar nos dois anos anteriores à entrada em vigor da moeda única; Taxas de Juro – no ano que precedia a entrada em vigor da moeda única, as taxas de juros não podiam exceder em mais de dois pontos percentuais a média das taxas dos três países, com taxas mais baixas);

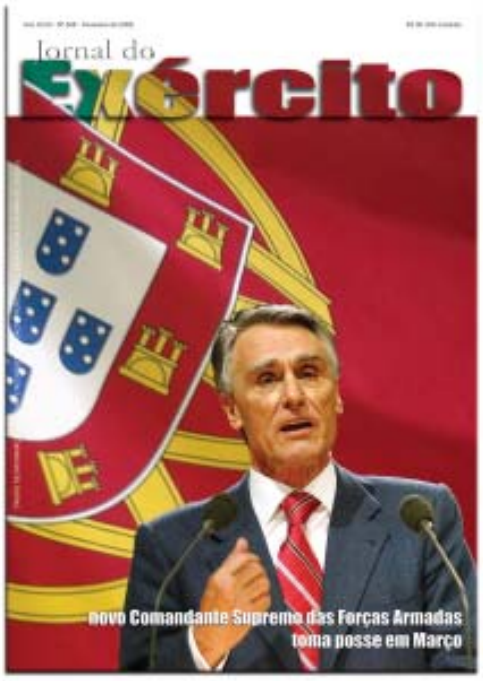
Finalmente entrou-se na 3ª fase, em Janeiro de 1999, e o Euro passou a ser a moeda oficial dos 11 países aderentes, dos quinze que compunham na altura a União Europeia. Para o efeito, fixaram-se as taxas de câmbio do Euro, face às moedas nacionais.

Esta fase teve duas etapas: um primeiro momento de transição, em que coexistiu a circulação física das moedas nacionais com o Euro, sendo este apenas moeda escritural, embora já existisse como moeda oficial; e um segundo momento já com a circulação física do euro e das moedas nacionais. Estas foram sendo retiradas de circulação a partir de Janeiro de 2002.

Passou, então, a haver apenas uma moeda no espaço dos onze países: O Euro.

Os problemas políticos têm sido objecto de discussão nas áreas de Defesa, Negócios Estrangeiros e Justiça.

Miguel Mattos Chaves, Mestre em Estudos Europeus pela Universidade Católica



Assine, leia e divulgue o *Jornal do Exército*

O Desafio da Mudança

Respeito simultâneo pelos valores das pessoas e pela cultura da organização, dir-se-ia que esta é a chave do sucesso.

Até há muito pouco tempo, eram muitos os que acreditavam que tecnologia de ponta, ancorada em processos bem definidos, era suficiente para assegurar o bom desempenho das organizações.

São, sem dúvida, elementos importantes, no entanto a experiência tem mostrado que se desejamos, em tempos de dificuldades, ter êxito na tarefa de reduzir custos e ao mesmo tempo melhorar as performances da organização precisamos de ir mais além.

Fotos: Homem Cardoso, in Soldados

Este é também o desafio que se coloca à Instituição Militar, tanto mais que já se passaram mais de três décadas após o fim do conflito colonial, e a verdade é que, não obstante várias tentativas de adaptação da instituição ás novas realidades e aos novos tempos, ainda pouco foi conseguido.

E a verdade é que desde há muito se diagnosticou a urgência que constitui a modernização das estruturas orgânicas, da cadeia de comando operacional e a consequente racionalização de recursos, bem como a necessária adaptação da base legislativa enquadrante:

Racionalizar as estruturas dos Estados-Maiores, clarificar a dependência dos CEM em relação ao CEMGFA e ao próprio Ministério da Defesa Nacional, nos diferentes aspectos de natureza administrativo-logística e operacional;

Desenhar uma organização de forças conjunta que seja modular, flexível e projectável, criar serviços e órgãos comuns inter-ramos, racionalizar o dispositivo e privilegiar a concentração de forças em detrimento da dispersão, com vista a uma economia de meios.

> ...hoje não é mais possível administrar pessoas ou recursos humanos, mas sim administrar com pessoas

Tudo isto já foi proposto e amplamente debatido, embora sem muito sucesso.

Sem descurar as compreensíveis resistências que as organizações criam em relação à mudança, é fundamental tentar perceber qual o principal factor que tem sido

Os recursos humanos têm que ser vistos como um factor de competitividade, do qual depende em grande medida o crescimento e fortalecimento de uma organização

responsável pelo contínuo insucesso que tem caracterizado o processo de reestruturação das Forças Armadas.

Tudo aponta para que o núcleo da questão se centre, simultaneamente, na forma como as pessoas, isto é, recursos humanos, se posicionam em relação à organização em que se inserem e no modo como a organização as encara.

Se, por um lado, as organizações são constituídas por pessoas, por outro, as organizações funcionam para aquelas como um meio através do qual poderão conseguir atingir os mais variados objectivos pessoais, o que dificilmente seria possível somente pelo esforço individual.

A diferença entre as organizações de sucesso e as restantes reside no facto de que hoje não é mais possível administrar pessoas ou recursos humanos, mas sim administrar com pessoas.

Redesenhar o quadro relacional entre as organizações e as pessoas que a compõem é factor fundamental para o sucesso e fortalecimento de toda e qualquer organização que se deseja competitiva e socialmente reconhecida.

Os objectivos individuais e os organizacionais não podem nem devem ser considerados incompatíveis ou irreconciliáveis. Não é possível que as pessoas e as organizações, embora interdependentes, vivam em permanente tensão e conflito negativos.

Uma mudança de mentalidades é deste modo um factor decisivo num processo de mudança e de reconstrução ou reformulação que se pretenda imprimir a uma organização. As pessoas, os recursos humanos, devem ser encarados como agentes activos e proactivos que, para além das capacidades manuais e físicas, possuem também inteligência e criatividade, as quais devem ser colocadas ao serviço da instituição em que se inserem.

Os recursos humanos têm que ser vistos como um factor de competitividade, do qual depende em grande medida o crescimento e fortalecimento de uma organização.

Tendo assim consciência da importância que o capital humano assume no desenvolvimento organizacional, importa, de igual modo, ter em mente que uma fórmula viável e eficaz de contribuir para a mudança de uma organização passará por mudar a sua "cultura". A cultura organizacional e o conjunto de variáveis que a constituem reclama uma contínua análise, observação e interpretação que permita a todo momento a adaptação das organizações ao ambiente fortemente competitivo que as circunda.

Uma das características do ambiente que hoje envolve as organizações é a sua extrema dinâmica, o que desde logo exige daquelas uma enorme capacidade de adaptação como condição fulcral para a sua sobrevivência.

No mundo de hoje, as mudanças ocorrem a um ritmo vertiginoso e estas influenciam de forma decisiva o desenvolvimento e o sucesso ou insucesso das organizações.

Reconhecer e absorver estas realidades é criar, de forma mais ou menos contínua, necessidades de mudança quer estrutural, quer sobretudo comportamental; é gerar no seio das organizações interacção entre os elementos que dela fazem parte; é estar preparado para enfrentar a necessidade de contínua adaptação e mudança.

Mais do que reagir às forças exógenas, isto é, externas, que criam as necessidades de mudança organizacional interna, é fundamental criar um núcleo de forças endógenas, capaz de potenciar permanente conflito e tensão positivos internos, que permita a leitura do ambiente circundante e que a ele responda proactivamente.

As mudanças organizacionais ocorrem por norma em quatro níveis distintos, que são o estrutural, o tecnológico, o dos produtos ou serviços e o cultural.

Mas para que ela ocorra em toda a sua plenitude e com sucesso, é necessário que exista uma clara orientação a médio e longo prazo e o envolvimento e comprometimento de todos aqueles que fazem parte da organização.

Vivemos numa era caracterizada por incertezas, problemas, ameaças, restrições orçamentais. A solução que surge sempre como a mais simples, pelo menos do ponto de vista financeiro, são os cortes cegos que em muitos casos conduzem à perda da eficácia das organizações e à sua descaracterização.

A solução que surge sempre como a mais simples, pelo menos do ponto de vista financeiro, são os cortes cegos que em muitos casos conduzem à perda da eficácia das organizações e à sua descaracterização

A este ambiente desfavorável devem as organizações responder com celeridade e eficácia, preparando-se elas próprias para a mudança, reformando-se internamente, repensando-se continuamente, por forma a terem capacidade de absorver os impactos de uma sociedade cada vez mais complexa e mutável.

Restará, pois, no actual contexto, pouco mais espaço de manobra à Instituição Militar para adiar o inevitável processo de reestruturação a que terá que se sujeitar, quer por força de factores exógenos, quer por força de factores endógenos.

Este caminho talvez devesse ter sido percorrido desde que foram efectuados os primeiros diagnósticos organizacionais, a análise dos dados e a sua interpretação, evitando-se deste modo a reacção em função de factores meramente economicistas.

Cumpre agora aos intervenientes:

Focarem-se nos problemas reais e não nos artificiais;

Dar ênfase à solução dos problemas e não somente discuti-los de forma teórica;

Envolver a organização como um todo na mudança e não só parte dela;

Referenciar e escolher os agentes da mudança, aqueles que irão desempenhar o papel de estimular e coordenar a mudança no seio da organização.

O tempo a isto obriga, a Instituição isto exige.

Dr. Alberto Coelho, Auditor do CDN2000

Adelino Amaro da Costa

(VI Governo Constitucional)

Nome: Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa
Data de nascimento: 18 de Abril de 1943
Naturalidade:Lisboa
Pai:Manuel Rafael Amaro da Costa
Mãe: Joaquina da Conceição Duarte Lopes Nunes
Data de Falecimento: 4 de Dezembro de 1980

Três aspectos sobressaem da vida conhecida de Adelino Amaro da Costa: a fundação do partido do Centro Democrático Social (CDS), juntamente com Freitas do Amaral e outros políticos de renome; o facto de ter sido o primeiro ministro civil, da Defesa Nacional, no pós-25 de Abril e a morte trágica no acidente/atentado de aviação de Camarate.

Conhecido pela sua sagacidade, competência e apurado sentido político, este engenheiro civil, formado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, iniciou a sua carreira pública, em 1966, como director do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE), do ministro Veiga Simão.

Apesar de ter sido um colaborador do marcelismo, aceitou, com entusiasmo, o 25 de Abril de 1974, tal como viria a revelar, três anos depois, num artigo publicado em *O Diabo*: "acredito firmemente que o futuro de Portugal está na democracia e no aperfeiçoamento, consolidação e robustecimento das suas instituições democráticas". Não obstante, em 29 Junho de 1974, num artigo publicado no *Diário Popular*, atacou publicamente o MFA, designando os seus elementos de "novos-ricos" da revolução; simultaneamente, sugeriu que a influência daquele movimento fosse apagada "perante os órgãos centrais (…): o Presidente da República, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado".

Depois da fundação do CDS, em 1975, Amaro da Costa foi seu secretário-geral (até Fevereiro de 1975), vice-presidente da Comissão Política e deputado às assembleias Constituinte e da República. Neste contexto ajudou, com os demais colegas de partido, à celebração do acordo político com o PS, que viabilizou a formação do 2.º Governo Constitucional, dirigido por Mário Soares, em 1978. Entretanto, a 25 de Julho de 1976, fora eleito presidente do Grupo Parlamentar do CDS. Meses antes, este partido havia apresentado um projecto de Constituição próprio, sendo o único a votar contra o texto final da mesma.

A criação, em 1979, e a vitória nas eleições legislativas, em 1980, da Aliança Democrática (AD) – que juntava o PPD, PPM e o CDS – levou Adelino Amaro da Costa a assumir a pasta de Ministro da Defesa Nacional (MDN), sob chefia do Primeiro Ministro, Sá Carneiro. Foi nesta condição, enquanto se dirigia para o Porto, a fim de participar num comício de apoio ao candidato presidencial, Soares Carneiro, que Amaro da Costa perdeu prematuramente a vida, no desastre do avião *Cessna*, em circunstâncias ainda por apurar.

Em 1995, foi levantada a hipótese do acontecimento de Camarate se ter tratado de um atentado, contra a sua pessoa, pelo facto de ter em sua posse documentos que comprovavam a existência de um negócio ilegal de armas, relacionado com o Fundo Extraordinário de Defesa e Valorização do Ultramar.

Principais medidas enquanto MDN

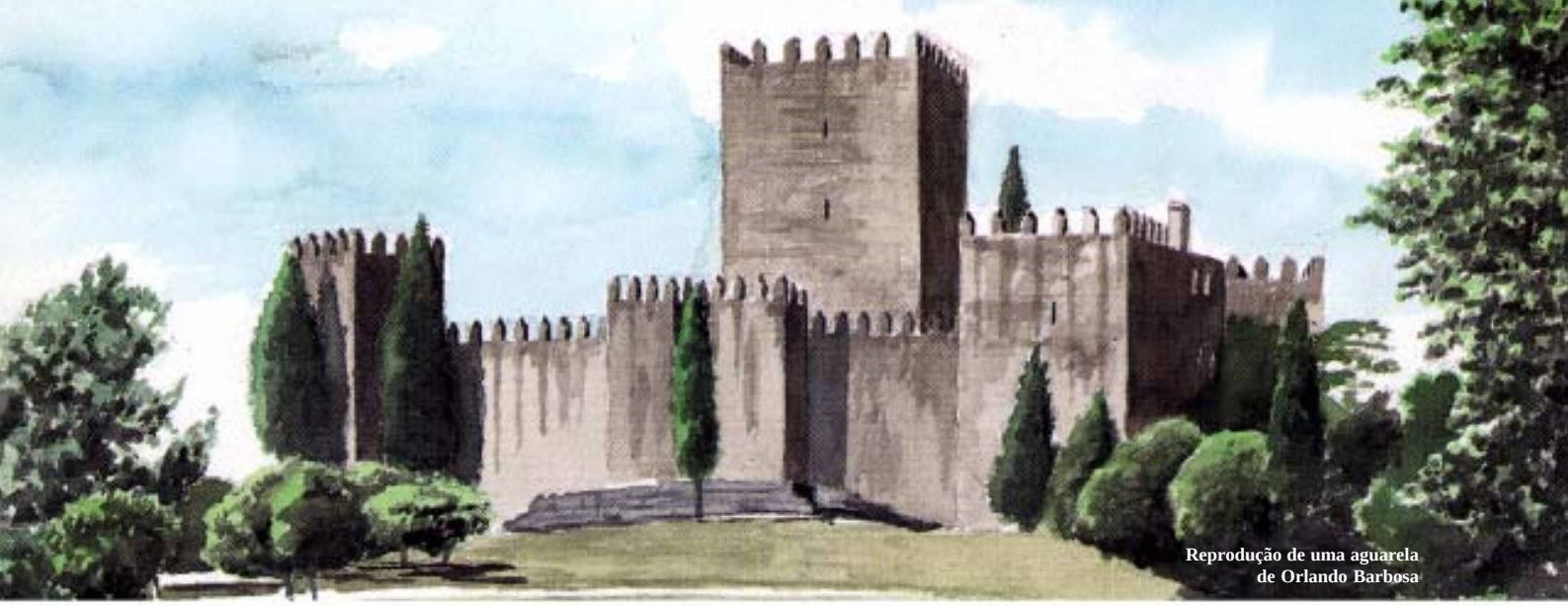
O contributo de Amaro da Costa, para a Defesa Nacional, foi mais representativo que legal, constando, do seu mandato, projectos de legislação da Defesa, incluindo o da Lei de Defesa Nacional. Considera-se ainda que este ministro, juntamente com Azevedo Coutinho e Diogo Freitas do Amaral, terá preparado o caminho para a "subordinação do poder militar ao poder político através do MDN" (*História de Portugal: Portugal em transe,* 1993).

Num discurso proferido na Batalha, a 9 de Abril de 1980, Amaro da Costa anunciou a sua proposta à Assembleia da República, que constituía num acréscimo de 4% em termos reais, destinados às despesas de funcionamento dos vários sectores da Defesa Nacional.

Depois de ter sido atribuída a prioridade na reconversão das missões militares ao Exército, defendeu, perante elementos da Aliança Atlântica, a tese de que Portugal necessitava, sobretudo, de meios aeronavais, acabando por fixar como seu objectivo de acção externa (nomeadamente, nos contactos com a NATO), a aquisição de três fragatas para a Armada.

Entre as medidas concretas do MDN, Amaro da Costa, destacam-se: a "reformulação da legislação aplicável à exportação de material de guerra e munições e à importação de matéria-prima e outras mercadorias para a produção do mesmo material" (Decreto-Lei n.º 371/80, de 11 de Setembro); a criação de um grupo destinado ao fomento das indústrias de Defesa (despacho conjunto com o Ministério da Indústria e Energia); e a criação da empresa pública Indústrias Nacionais de Defesa (INDEP), em substituição da Fábrica Militar de Braço de Prata e da Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras (Decreto-Lei n.º 515/80 de 31 de Outubro).

Alferes Ana Dias,
Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP
e Redactora do *Jornal do Exército*



Reprodução de uma aguarela de Orlando Barbosa

Encontro Anual de Auditores de Defesa Nacional

no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães

Portugal.com – Tradição e Excelência para o Século XXI

Programa

(*provisório*)

04/10/2006 – quarta-feira

17H55 – Partida de Santa Apolónia (IC 531)
18H04 – Partida da Estação do Oriente
20H11 – Partida de Coimbra
21H40 – Partida do Porto (Campanhã)
22H35 – Chegada a Guimarães
– Alojamento no Hotel Guimarães
– Jantar servido no comboio

05/10/2006 – quinta-feira

10H00 – Visita guiada ao centro histórico de Guimarães
– Almoço livre
15H00 – Sessão de abertura
Presidida por sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional
Presidente da Câmara Municipal de Guimarães
Presidente da Direcção da AACDN
16H00 – Pausa para café
16H30 – Conferência
Professor Doutor Veríssimo Serrão*
17H30 – Fim dos trabalhos do 1º dia
20H30 – Jantar oficial

06/10/2006 – sexta-feira

09H00 – Painel – A Energia
– Participantes
Professora Doutora Júlia Seixas
Professor Doutor Oliveira Fernandes
Professor Doutor António Sá da Costa
– Moderação
Dra Isabel Guerra
10H00 – Debate
10H30 – Pausa para café
11H15 – Mesa redonda
– Participantes
Dr Luís Portela, da Bial
Eng Hélder Rosendo, do Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, CITEVE
– Moderação
Dr António Vilar
12H15 – Período de perguntas/respostas
13H00 – Almoço (volante)
15H00 – Conferência
Dr Artur Santos Silva, COTEC-Portugal, Associação Empresarial para a Inovação*
15H45 – Pausa para café
16H15 – Sessão de Encerramento
Professor Doutor António Guimarães Rodrigues, Reitor da Universidade do Minho*
20H30 – Jantar oficial

07/10/2006 – sábado

09H30 – Partida do Hotel de Guimarães
– Visita Cultural
13H00 – Almoço
15H30 – Visita Cultural
18H00 – Fim do Programa
18H15 – Partida de Guimarães (em autocarro)
19H30 – Chegada ao Porto
20H10 – Partida de Campanhã (IC 524)
22H15 – Chegada a Coimbra
23H45 – Chegada a Lisboa (Santa Apolónia)

* Orador convidado

Anglo-

Não se pode impedir as aves de voarem sobre as nossas cabeças,
mas pode-se impedi-las de fazerem um ninho sobre os nossos cabelos

(Provérbio chinês)

O nosso tempo é complexo. Digo isto porque toda a nossa formação assentou num conceito que se esvaiu: a centralidade na ideia de "Ocidente". O Ocidente que equilibrava o Bloco de Leste. O Ocidente que marcava a diferença com o Islão. O Ocidente das ideias de Bronowsky, das decadências de Aron ou dos impérios de Paul Kennedy. E nós, Portugueses, éramos, sobretudo, ocidentais.

Esta visão do Mundo era decisiva para lhe entendermos a lógica. Sendo o Ocidente o destino do desejo, ele configurava realidades diametralmente opostas, apenas unidas por valores claros que eram os pilares da construção da nossa civilização. O Ocidente Americano dominado pelo Capitalismo Democrático; o Ocidente Europeu dominado pelo Modelo Social. A América preocupada com a criação da riqueza; a Europa com a sua distribuição. Em ambos se desenvolveu a Democracia; em ambos se propagaram os movimentos de vanguarda; em ambos se emancipou e se dignificou a mulher; em ambos se apostou pela Paz.

...toda a nossa formação assentou num conceito que se esvaiu: a centralidade na ideia de "Ocidente". O Ocidente que equilibrava o Bloco de Leste. O Ocidente que marcava a diferença com o Islão

É este Ocidente que gerou a nova Cultura, a nova Política, o novo Estado. Um Ocidente que não renegava as suas origens religiosas e construía, a partir delas e inspirado nelas, um presente mais racionalista. Por isso era um motor de Desenvolvimento. Mas, pelo menos na Europa, acabou.

Quando hoje vou a Londres, já não vejo os típicos cidadãos londrinos do meu imaginário. Em Paris, a mesma coisa. Toda a Alemanha para lá caminha: Berlim aliás, já tem maioria de população muçulmana. Hoje, em qualquer grande cidade europeia, ver um autóctone é como procurar o célebre Wally nos complexos labirintos onde sempre o colocam.

Não sei se isto é bom, ou se é mau. Mas é um Sinal dos Tempos. E é importante em termos de clarificação

Árabes

Foto © Lusa

estratégica de um país ou de uma comunidade de países. É que é a partir do que somos que podemos definir para onde queremos ír. Disse há pouco que a "minha" Europa era a do Modelo Social. Pergunto-me muitas vezes: qual o Modelo Social da Europa de hoje? Disse há pouco que o modelo da América era o Capitalismo Democrático. Pergunto-me, também com frequência: o que difere do modelo europeu de hoje?

Noutro ângulo: a Globalização – pelo menos no modelo desregulado que, na Europa, adoptámos – tem aliada a si a complexidade do fenómeno migratório. Como todos estes fenómenos, as tendências do fluxo de pessoas faz-se no sentido do melhor nível de vida. Acontece que todas as culturas têm as suas especificidades e não me parece correcto que ao aumento do fluxo migratório se tenha associado uma progressiva perda dos traços característicos do povo receptor, os elementos definidores da Nação. E se isto se diz de um país, diz-se também de uma realidade macro-nacional ou internacional.

…o conceito de Europa Ocidental já não existe: nem é Europa, tal como a conhecemos e como a definimos, nem é Ocidental

Foto © Lusa

...os típicos cidadãos londrinos do meu imaginário

Foto © Lusa

Os atentados terroristas de Nova Iorque, de Madrid e de Londres, creio serem uma decorrência deste estado de coisas: quem atacou Madrid foram muçulmanos residentes na cidade. Em Londres a mesma coisa. Chega-se agora à conclusão de que os atentados de 11 de Setembro em Nova Iorque foram, também, planeados na Europa. Já fora dos limites da agressão religiosa, a recente "queima dos automóveis" em Paris, foi também perpetrada por jovens residentes em França com nomes como Aly, Mohamed ou Mustafá.

É aqui que eu queria chegar.

É que me parece que, hoje, o conceito de Europa Ocidental já não existe: nem é Europa, tal como a conhecemos e como a definimos, nem é Ocidental. E se hoje o terrorismo islâmico é a grande ameaça à Segurança dos países democráticos, parece-me que estamos a criar na Europa, mercê de um conceito de "tolerância" que nem sei de onde vem, nem quem o trouxe, um espaço adequado à sua projecção: o terrorismo islâmico, no antigo Ocidente, tem como actores cidadãos muçulmanos, fundamentalistas, residentes e legalizados nesse mesmo Ocidente. Porventura até, já, nacionais de países ocidentais. E é esse o drama da Europa desocidentalizada.

Reencontrar o Ocidente é assim o desafio da nova Europa. Isso faz-se pelo encontro com os valores e princípios que criaram e justificaram uma Civilização. Os Estados Unidos ainda não os perderam. Na Europa, tenta-se lá chegar através da Constituição Europeia. Mas esta, porque assente em artificialismos mundanos, não logrou desabrochar. Não sei como se resolverá o problema, mas sei que passará por todos e por cada um de nós.

Pensem sobre isto...

Reencontrar o Ocidente é assim o desafio da nova Europa

Dr José António Silva e Sousa,
Auditor e Presidente da Assembleia Geral da AACDN

Foto © Lusa

A ideia de elaborar uma proposta de constituição Europeia tem a sua génese na Cimeira de Laeken, de Dezembro de 2001: nela, os quinze Chefes de Estado e de Governo decidiram criar uma Convenção responsável, durante um ano, por reflectir sobre uma reforma das instituições europeias no contexto do previsível alargamento da União Europeia. A Convenção teve por objectivo debater os problemas essenciais colocados pelo futuro desenvolvimento da União Europeia e procurar as respostas possíveis. Congregou um vasto leque de representantes governamentais, parlamentares e outros. As deliberações foram públicas, os documentos foram tornados acessíveis ao público em geral e as organizações interessadas tiveram oportunidade de dar o seu próprio contributo para o debate.

O documento final, juntamente com os resultados dos debates nacionais sobre o futuro da União, constitui o ponto de partida para a Conferência Intergovernamental que teve início a 4 de Outubro de 2003, em Roma, pelos Chefes de Estado e de Governo.

O Conselho Europeu de Bruxelas, de 25 e 26 Março de 2004, acolheu o Relatório da Presidência sobre a Conferência Intergovernamental e reafirmou o seu empenho em tentar chegar a um acordo sobre o Tratado Constitucional, a fim de dotar a União de melhores instrumentos para responder às necessidades dos cidadãos e para desempenhar um papel mais eficaz no mundo. O Conselho também decidiu que o Acordo sobre o Tratado Constitucional deveria ser alcançado o mais tardar no Conselho Europeu de Junho de 2004. A Conferência Intergovernamental, reunida a nível de Chefes de Estado ou de Governo em 17 e 18 de Junho de 2004, chegou a acordo sobre o projecto de Tratado. O Conselho Europeu, reunido em Bruxelas nesta data, concluiu que o *Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa* (TC) constitui um histórico passo em frente no processo de integração na Europa. O Tratado Constitucional foi assinado em 29 de Outubro desse ano.

A Constituição pretende estabelecer um quadro eficaz, democrático e transparente para o desenvolvimento futuro da União, completando o processo iniciado pelo Tratado de Paris e pelos Tratados de Roma que estabeleceram o quadro de base para a integração europeia. Estes tratados serviram durante muitos anos de fundamento ao projecto de integração, tendo depois sido complementados pelo Acto Único Europeu, Tratado de Maastrict (em rigor, Tratado da União Europeia), Tratado de Amesterdão e Tratado de Nice.

O texto do TC deverá ser ratificado pelos Estados-membros. De acordo com as tradições jurídicas e históricas dos vários Estados-membros, os procedimentos previstos pelas constituições não são idênticos para todos. Estes implicam um dos mecanismos seguintes ou uma combinação dos dois: a via *parlamentar* – o texto é adoptado na sequência da votação de um texto que ratifica um Tratado internacional pela câmara ou câmaras parlamentares do Estado; o *referendo* – é organizado um referendo e o texto do Tratado é submetido directamente à votação dos cidadãos, que se pronunciam a favor ou contra.

O Tratado Constitucional foi assinado em 29 de Outubro desse ano (2004)

Os principais aspectos do *Tratado Constitucional* são os seguintes:

Substitui por um texto único o conjunto dos tratados existentes;

A UE passa a ter personalidade jurídica;

Fixa as competências exclusivas da UE, as partilhadas com Estados-membros e as acções de apoio, de coordenação ou de complemento;

Integra o conjunto dos direitos dos cidadãos da União Europeia (Carta dos Direitos Fundamentais da UE, parte II, proclamada solenemente no Conselho Europeu de Nice em 2000);

Cria o órgão Presidente do Conselho Europeu com um mandato de 2,5 anos. O presidente tem a função de representar a UE ao nível dos Chefes de Estado e de Governo e de coordenar os trabalhos do Conselho;

Cria o posto de Ministro do Negócios Estrangeiros para conduzir a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). O MNE da UE vai chefiar o novo serviço diplomático, presidir o Conselho das Relações Externas e *vicepresidir* a Comissão Europeia;

Cria uma cooperação estruturada no domínio da Defesa. Cria a Agência Europeia do Armamento, Investigação e Capacidades Militares, coordenada pelo Conselho;

Adopta a cláusula de solidariedade entre os Estados-membros, em caso de ataque terrorista ou catástrofe natural ou humana;

Os parlamentos nacionais podem bloquear uma proposta de lei da Comissão se esta não estiver de acordo com o princípio de subsidiariedade;

Implementa o direito de iniciativa popular. Com o mínimo de um milhão de cidadãos, pode-se solicitar à Comissão que inicie uma iniciativa legislativa;

Põe termo aos vetos nacionais nalguns domínios como a imigração e a política de asilo. A aprovação de uma lei pelo Conselho exige pelo menos 55% dos Estados-membros, isto é, 65% da população da UE. Uma minoria de bloqueio deve integrar pelo menos quatro países;

Prevê a possibilidade de qualquer Estado-membro sair da UE;

Cada país mantém um Comissário até 2014. A partir desta data, a Comissão será composta por 2/3 do número dos Estados-membros com base numa rotação igualitária, a não ser que o Conselho Europeu decida em contrário;

O Parlamento elege o Presidente da Comissão por maioria, por proposta do Conselho Europeu;

Fixa o número de deputados do Parlamento Europeu em 750, com um máximo de 96 e o mínimo de seis por país.

Os defensores da Constituição afirmam que as inovações introduzidas pelo TC, ainda que, do ponto de vista do conteúdo, não sejam em elevado número (cerca de 70), operam um verdadeiro salto qualitativo, uma ruptura de paradigma tradicional da UE. Ele introduz um cenário de revolução constitucional, na medida em que foram introduzidos elementos que, expressamente, reforçam e ampliam a dimensão constitucional dos anteriores tratados. Neste sentido, as principais disposições seriam a introdução de personalidade jurídica à União, a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais (o que lhe confere efectividade jurídica), a criação de um Presidente da União e de um Ministro dos Negócios Estrangeiros, e ainda a sua dupla legitimidade, repartida entre Estados-membros e cidadãos. A estes, acresça-se ainda a questão dos símbolos da União (hino, bandeira e dia da Europa), que desempenham, à escala europeia, um papel equivalente aos símbolos de identidade nacional de cada país.

Como foi referido, a Constituição Europeia cria o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros para que a acção externa da UE seja mais efectiva e mais coerente.

...a Constituição Europeia cria o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros para que a acção externa da UE seja mais efectiva e mais coerente

O Ministro passará assim a ser a voz da Política Externa e de Segurança Comum da União. O Ministro dos Negócios Estrangeiros representará a UE nos assuntos relativos à PESC, conduzirá o diálogo político em nome da União e exprimirá a posição desta perante as organizações e conferências internacionais. Também será responsável pela coordenação das acções dos Estados-membros nessas instâncias. Por exemplo, sempre que a União tenha definido uma posição sobre um tema que conste da agenda das reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União que cabe apresentar a posição da União. A posição comum não afecta de modo algum a posição actual ou futura, o papel ou o poder de veto do Reino Unido ou da França no Conselho de Segurança. Contudo, uma vez acordada uma posição comum, os Estados-membros deveriam apoiar activamente e sem reservas a posição da União num espírito de lealdade e solidariedade mútua e acatar a iniciativa da União neste domínio. Deviam também abster-se de actuar de forma contrária aos interesses da União ou em detrimento da eficácia das suas políticas. Proceder de outro modo a situações de descoordenação indesejável.

Para as vozes mais críticas, o Tratado é somente um documento que reflecte o máximo entendimento que foi possível lograr numa União Europeia a 25 – o mínimo denominador comum, necessariamente baixo. A sua natureza é sobretudo compiladora e aglutinadora – uma vez que, em grande medida, se limita a reafirmar normas já constantes de outros tratados e ainda outras disposições comunitárias de natureza jurisprudencial, derivantes de decisões do Tribunal de Justiça. Mesmo as suas disposições mais avançadas, aquelas apontadas como indicadoras de um salto qualitativo, são entendidas como fazendo parte de uma continuidade constitucional vinda de tratados anteriores.

…o Tratado é somente um documento
que reflecte o máximo entendimento
que foi possível lograr numa União Europeia a 25

…os Estados-membros deveriam apoiar activamente e sem reservas a posição da União num espírito de lealdade e solidariedade mútua e acatar a iniciativa da União neste domínio

Em 2005, a França e os Países Baixos votaram "não" nos referendos, decisão que inviabilizou a entrada em vigor da Constituição. Para entrar em vigor, a Constituição para a Europa tem de ser ratificada por todos os Estados-membros da União Europeia. No entanto, as duas votações negativas não significam que o processo de ratificação da Constituição foi abortado. Neste momento, 15 Estados-membros já ratificaram a Constituição para a Europa: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Estónia, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Eslováquia, Eslovénia e Espanha. O actual presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, considera essencial preservar a substância do TC, isto é, o essencial dos compromissos que os líderes assumiram ao assinar o TC. A dinâmica da integração não diminuiu, antes se acelerou nos últimos 15 anos, o que torna inevitável um novo quadro constitucional, quer se chame Constituição ou não. Angela Merkel, a Chanceler federal alemã, e o Presidente francês, Jacques Chirac, anunciaram recentemente uma iniciativa para o relançamento das instituições europeias, de Janeiro de 2007 ao fim de 2008: ou seja, desde o início da presidência alemã ao fim da presidência francesa da UE. A Alemanha e a França deverão reunir as propostas de revisão e de melhoria das instituições europeias e de propor uma síntese de forma a relançar o TC.

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
e Auditora da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Sábados Culturais – o Valor do Património Português

Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

No âmbito dos Sábados Culturais, um grupo de 50 associados da AACDN deslocou-se, num autocarro, a Coimbra, no passado dia 3 de Junho, a fim de efectuar uma visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, património cultural que está a ser devidamente valorizado, conforme se pode verificar pela descrição, inserta em caixa, da autoria do Dr Artur Côrte-Real, coordenador do Monumento.

Após a visita magistralmente guiada, e cientificamente explicada, seguiu-se um almoço-convivio no "casino da Urca", local castiço dos universitários de Coimbra. O grupo da AACDN, após o almoço, regressou a Lisboa, agora mais enriquecido culturalmente.

Uma visita ao sítio arqueológico

Devolver o sítio à cidade de Coimbra...um mote criado para definir a estratégia assente num gesto de cidadania...

Cerca de 10 anos decorridos sobre o início de uma complexa operação de valorização deste emblemático monumento é evidente – em particular para os que apaixonadamente se envolveram neste projecto, entre momentos de grande ânimo e alguns de desilusão. O actual momento que se vive no monumento, início das obras do Projecto de Valorização, detém uma importância simbólica na medida em que representa um voltar de página na história do sítio e no seu resgate para as gerações futuras.

Coimbra anseia, há largas décadas, que a velha Igreja do Mosteiro de Santa Clara e as histórias que o conjunto encerra, entre mistérios de vivências monásticas, de uma luta desigual com as gentes que aqui sobreviveram e as tormentosas águas do Mondego, de uma senhora Rainha de Portugal e patrona desta cidade – Isabel –, de uma Inês martirizada, cuja dignidade tem vindo a ser recentemente restituída, Coimbra anseia, dizia, que este objecto patrimonial lhe seja devolvido.

O Projecto de Valorização de Santa Clara-a-Velha reveste-se de aspectos peculiares que não encontramos em intervenções noutros monumentos.

Da inicial requalificação do acesso e percurso de visita à igreja semi-alagada, passou-se à descoberta de um conjunto monástico de elevado valor arquitectónico e artístico, cuja intervenção arqueológica se transformou no maior estaleiro de arqueologia medieval e moderna europeia.

A riqueza do património edificado determinou a decisão da manutenção do espaço a seco e a construção de uma ensecadeira, riqueza que, conjugada com a importância e abundância do espólio material, determinou o projecto de construção de um edifício de raiz para exposição e interpretação dos acervos exumados, intimamente relacionados com as vivências da comunidade clarissa aqui instalada por instâncias de Isabel de Aragão, a Rainha Santa.

O restauro do monumento e a construção de um novo edifício com todas as valências que detém (reserva de materiais, laboratório de conservação e restauro de materiais, auditório, biblioteca, gabinetes de investigação, serviço educativo, sala de exposições temporárias e permanentes, loja, cafetaria, etc) possibilitarão uma eficaz gestão do sítio, no sentido da continuação do desenvolvimento de trabalho de

investigação e conhecimento e da divulgação dos conteúdos junto do público, assim como de utilização, com base numa programação estruturada e transversal com a cidade, deste espaço com um palco e cenário privilegiado para a realização de eventos culturais.

O trabalho neste "sítio" é um contínuo entre a investigação e as áreas que dela derivam, tais como: o desenho de campo e gabinete, a organização dos espólios, que contabilizam largos milhares de objectos e fragmentos, a inventariação em base de dados, a importante imprescindível área de conservação e restauro dos acervos, que sustentarão a História para contar, e a elaboração do Projecto de Musealização para o edifício .

Os equipamentos e infra-estruturas com que Santa Clara-a-Velha vai ficar dotada, após a conclusão da obra, farão com que o sítio se torne num pólo cultural aberto à cidade, ao país e ao mundo, de modo que, numa óptica de colaboração com instituições nacionais e estrangeiras, se potencie o desenvolvimento do conhecimento científico multidisciplinar que este sítio arqueológico permite (nas áreas da história, arqueologia, arqueociências, antropologia, conservação e restauro, história da arte e da arquitectura, etc) e numa perspectiva de programação cultural renovada, direccionada para que a sociedade dinamize a difusão e absorção dos valores culturais aos cidadãos.

São estas as conclusões que podemos tirar da visita efectuada a Santa Clara-a-Velha, após toda a explicitação efectuada pelo Coordenador do monumento – Dr Artur Côrte-Real.

Rainha Santa Isabel, Patrona de Coimbra

Vale a pena complementar a visita ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha com uma "biografia" da Patrona de Coimbra, da autoria da Tenente Ana Rita Carvalho, mestranda em Literatura Portuguesa. Moderna e Contemporânea.

À história de Coimbra ficará, para sempre, associada a eminente figura da Rainha Santa Isabel, mulher do Rei D. Dinis, fundador da primeira universidade portuguesa, nesta cidade.

Isabel de Aragão, que ficaria na História como Rainha Santa Isabel, ou tão-só Rainha Santa, consagra, pelas virtudes que lhe são atribuídas e pelo seu exemplo de vida, um verdadeiro símbolo do bem servir, da dedicação à causa colectiva e de um espírito abnegado. Tais características foram modelando, no imaginário de muitas gerações, um retrato da Rainha, entre o real e o sobre-humano, inspirado na sua extensa obra dedicada às múltiplas causas humanas e sociais em que se envolveu, e também nos milagres que terá obtido em favor do seu povo. A esta vertente religiosa não será alheio o curioso facto de ter sido, juntamente com o rei, a fundadora do Culto do Espírito Santo, no nosso País, que perdura ainda hoje, com manifestações na religiosidade e na tradição populares, nomeadamente nas Festas do Espírito Santo, nos Açores.

A Rainha Santa viveu num período em que o Reino atravessava grandes dificuldades, apesar da governação exemplar praticada pelo rei, seu marido. A capacidade de gestão de recursos, com parcos meios, conjugada com a sua acção em prol dos mais necessitados, são duas das características que certamente a transformam numa figura ímpar da nossa História.

Isabel de Aragão terá nascido em Barcelona ou Saragoça, em 1270 ou 1271. Era filha de Pedro III de Aragão e de D. Constança de Navarra, tendo na sua ascendência, por via materna, uma tia – Santa Isabel da Hungria – canonizada pela Igreja Católica.

Em Fevereiro de 1282 casou, por procuração, com o rei português D. Dinis, em Barcelona, tendo-se celebrado a boda em Portugal, na vila de Trancoso, no mês de Junho, pelo que o rei acrescentou essa vila ao dote da rainha (entre o qual se contavam as vilas de Óbidos, Alenquer e Torres Vedras, entre outros senhorios).

O reinado de D. Dinis foi marcado por alguns dos flagelos que assolaram a Idade Média – a guerra, a fome e a peste. Apesar do zelo e da boa administração do rei, não deixaram de manifestar-se, no seu reinado, as consequências do prolongamento das Guerras da Reconquista, ao mesmo tempo que se pugnava pela consolidação do poder régio, tendo D. Dinis seguido uma política de fixação à terra, da qual a plantação do Pinhal de Leiria constituiu a mais sólida expressão. Não obstante, as guerras, as doenças, a baixa produtividade agrícola, entre outros factores, tornavam a administração do reino particularmente difícil. A Rainha Santa desenvolveu, neste Portugal medieval, lutando pela sua sobrevivência enquanto reino autónomo, firmada quase duzentos anos antes, uma acção longa e profícua. Dentre as suas obras, conta-se a criação, em Santarém, do Hospital dos Inocentes, para meninos, em 1321; a edificação dos hospitais de Coimbra, Santarém e Leiria (este destinado a receber os enjeitados); a fundação, em Leiria, de um recolhimento para mulheres; a dotação, com as próprias rendas, de raparigas pobres e o contributo para a educação dos filhos de cavaleiros pobres; e a fundação, em Odivelas, de uma albergaria.

Para além destas obras de caridade, Isabel de Aragão procurou zelar pelo património arquitectónico, tendo mandado erigir diversos monumentos de carácter religioso, nomeadamente o Convento da Trindade, em Lisboa, com a respectiva capela de Nossa Senhora da Conceição e um claustro no Convento de Alcobaça. À rainha se deve igualmente a restauração do Convento de Santa Clara, em Coimbra, fundado no século XIII por D. Mor Dias. Nele mandou construir uma capela para recolher o seu túmulo.

Na década de 1320, o seu filho D. Afonso (futuro D. Afonso IV) declarou abertamente guerra ao pai, por se ver preterido em favor de um filho bastardo de D. Dinis, Afonso Sanches. O país esteve então à beira da guerra civil, no episódio da "Peleja de Alvalade". Só a intervenção da Rainha Santa conseguiu restabelecer a paz e evitar a perda de vidas. Todavia, a sua intervenção em favor da paz valer-lhe-ia o desterro em Alenquer e a suspensão ou desapossamento dos bens que possuía em várias vilas e lugares do país, incluindo o senhorio de Leiria. Para além desta intervenção, teve também influência no Tratado de Alcanices, celebrado entre Portugal e Castela, que previa a realização de casamentos entre príncipes de ambos os reinos e fixava os limites de Portugal.

A vida da Rainha Santa decorreu, pois, em grande serenidade, marcada embora por uma acção enérgica, chegando a envolver-se directamente nos assuntos do reino. Mas foi no campo da religiosidade e do misticismo que a sua aura de santidade se difundiu, após o célebre milagre da transformação do pão em rosas e de uma outra lenda que diz que a rainha, tendo pago aos operários de uma obra que trabalhavam para sua alteza, com rosas ou pétalas de rosa, tê-las-ia convertido em moedas de ouro.

Após a morte do rei seu marido, recolheu ao Convento de Santa-Clara-a-Velha, em Coimbra. Faleceu em Estremoz, em 4 de Julho de 1336. Foi sepultada no Convento de Santa-Clara-a-Velha, tendo sido trasladada, já no reinado de D. João IV, para o Convento Novo.

A Rainha Santa Isabel é também a padroeira dos padeiros, em virtude de em muitas ocasiões ter empenhado alguns dos seus bens, em troca de trigo trazido de lugares distantes para abastecer o celeiro real e assim manter o seu costume de distribuir pão aos pobres durante as crises. Dadas as semelhanças entre a sua acção e a missão do Serviço de Administração Militar, foi escolhida para Padroeira deste Serviço do Exército embora se desconheça por quem e quando.

Museu da Electricidade

Desta vez, o património escolhido
para os *Sábados Culturais*
foi o Museu da Electricidade,
na antiga Central Tejo,
que recebeu a visita de um número considerável
de associados e seus familiares,
tendo estado presentes mais de 40 participantes.
A visita revestiu-se de muito interesse
pela qualidade e pela detalhada informação
transmitida pelo extraordinário "guia"
que a EDP pôs ao dispor do grupo da AACDN,
o Eng José Luís Santos Pires.
Tal facto aconteceu a 24 de Junho.

O Museu da Electricidade, situado em Belém, junto ao rio Tejo, está instalado na antiga Central Tejo, cuja construção se iniciou em 1914, com o edifício das caldeiras de baixa pressão, tendo entrado em funcionamento em 1919, com a potência inicial de 6,75 MW.

Tendo sido a maior central eléctrica do País até ao início dos anos cinquenta, com uma potência de 22,75 MW, o advento das grandes centrais hidroeléctricas, nomeadamente a de Castelo de Bode, relegou a Central Tejo para um plano secundário no que toca à produção de energia eléctrica.

Embora remonte a 1976 a ideia de criar neste espaço um museu dedicado à electricidade, apenas a partir de 1980 o projecto começou a tomar forma, com a nomeação de uma comissão Instaladora. A realização, em 1985, da exposição *Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender*, de arqueologia industrial, organizada pelo Instituto Português do Património Cultural, no espaço da Central Tejo, teve o mérito de o divulgar junto do público e contribuiu para acelerar a implementação do Museu de Electricidade, o qual viria a ser inaugurado em 24 de Maio de 1990.

A vida deste Museu, que conta agora com dezasseis anos de existência, divide-se em dois períodos distintos. Numa primeira fase – entre 1990 e 2001 – o Museu, para além da sua função própria, acolheu a realização de uma multiplicidade de eventos promocionais e culturais – atribuição de prémios, promoção de marcas e passagens de modelos, realização de eventos desportivos, apresentação de peças de teatro, de espectáculos de dança, ópera, cinema, realização de exposições individuais e colectivas de artistas plásticos, exposições nacionais e internacionais sobre temas científicos e culturais.

Neste espaço foram igualmente realizados diversos eventos do Grupo EDP, o último dos quais a exposição comemorativa dos *25 anos da EDP*, em 2001.

Nesta sua primeira fase, o Museu acolheu milhares de visitantes, sobretudo população estudantil, que acedia ao espaço gratuitamente.

Após 2001, o Museu entrou em profunda reestruturação, não apenas no que toca aos seus edifícios e equipamentos, mas sobretudo no que se refere à adopção de um conceito mais moderno de musealização, que lhe mantém a natureza de repositório do passado e, simultaneamente, o transforma num local de conhecimento do presente e de debate do futuro.

A própria Central continua a constituir o objecto essencial da exposição, procurando-se transmitir aos visitantes uma noção clara do funcionamento deste antigo equipamento. Mas o Museu foi valorizado com outras exposições permanentes, abordando temas relacionados com a energia eléctrica, com uma acentuada componente pedagógica e recorrendo a audiovisuais e outros meios de interpretação, fáceis e acessíveis.

E, com o objectivo de tornar o Museu num espaço dinâmico e atractivo, foi mantida a possibilidade de realizar exposições temporárias e eventos de diversa natureza.

A Fundação EDP, responsável pelo Museu da Electricidade, a par da preocupação da preservação do património, da memória histórica, da cultura e da ciência, assume uma atitude de reflexão permanente sobre a forma de conseguir que o Museu seja um "corpo vivo" e constitua um veículo de saber e de cultura.

Registe-se, por último, que o Museu da Electricidade reabriu ao público em Abril de 2006, cabendo ao Arquitecto Carlos Bonina Moreno, a autoria do projecto de reestruturação.

Visita de Estudo ao Instituto Hidrográfico

A mais recente visita de estudo da AACDN, que ocorreu a 6 de Julho, foi ao Instituto Hidrográfico (IH), órgão central de Administração e Direcção da Marinha, instalado no Convento das Trinas, edifício com longa história desde o início da segunda metade do século XVII. Foi edificado no Bairro do Mocambo ("vocábulo de origem brasileira, que significava choça em que os negros se abrigavam quando fugiam para o mato"), cuja população era predominantemente negra; mais tarde, este bairro viu chegar nova gente, sobretudo de Ovar e Ílhavo. E de Mocambo passou a Madragoa, nome derivado, provavelmente, da Casa das *Madre de Goa.*

A visita ao IH contou com 28 participantes, os quais regressaram ao seu destino depois de percorrerem os labirínticos espaços daquele antigo convento, sempre acompanhadas e elucidados pelo seu Director-geral, o Vice-Almirante José Augusto de Brito. E em cada Divisão, Centro ou Serviço estava um oficial de Marinha a informar-nos sobre a respectiva actividade.

Da apresentação que nos foi feita pelos mais directos responsáveis, ficamos a saber que o Instituto Hidrográfico ocupa aquele edifício desde 1969, o qual tem vindo a ser adaptado às respectivas missões. No seu interior existem laboratórios, gabinetes de trabalho, salas de reunião, oficinas e estruturas sociais adequadas às necessidades do seu pessoal. Uma eficiente rede informática liga cerca de 300 computadores na rede e nas Instalações Navais da Azinheira, onde se encontram instaladas as Brigadas Hidrográficas que operam todo o trabalho de campo, que sustenta a Hidrografia, primeiro produto do Instituto.

O Instituto Hidrográfico é um laboratório do Estado e Organismo Central da Marinha Portuguesa, que se dedica à investigação do oceano, contribuindo para o desenvolvimento do País e para a defesa do ambiente marinho.

São diversas as áreas de estudo e investigação do IH: Hidrografia, Navegação, Oceanografia, Geologia Marinha, Química e Poluição do Meio Marinho, Centro de Dados, Brigadas Hidrográficas, e Meios Navais.

O produto, por excelência, da Hidrografia é a Carta Náutica Oficial (CNO), quer em papel, quer em suporte digital; mas também as cartas sedimentológicas, de recreio, de apoio às pescas, e batimétricas. A Hidrografia científica inicia-se com levantamentos a prumo de chumbo e com o posicionamento por sextante; surge, depois, o posicionamento através dos sistemas de satélite; as sondas multifeixe e a cartografia assistida por computador, a chamada cartografia digital, colocam o Hidrográfico português no pelotão da frente na produção do CENO, Carta Electrónica de Navegação Oficial. A segurança da navegação apoia-se em grande medida na *Electronic Chart Display System* (ECDIS), sistema de visualização e integração de toda a informação necessária na ponte de um navio.

A Oceanografia contribui para o conhecimento oceanográfico das costas, estuários, águas territoriais e ZEE portugueses.

A Geologia Marinha contribui para o estudo da constituição sedimentológica, dos fundos, estudo que se materializa nas cartas sedimentológicas que estão na origem das cartas de apoio às pescas.

Na área da Química e Poluição do Meio Marinho, o IH realiza estudos relativos à degradação, dispersão, diluição, deposição, e bioacumulação de poluentes em modernos e bem apetrechados laboratórios.

Através do Centro de Dados, foi criado o projecto SIGAMAR, que prossegue o objectivo de desenvolver um Sistema de Informação Geográfica sobre o Ambiente, que integra a informação disponível; este sistema de informação permite a sua disponibilização através da Internet.

As Brigadas Hidrográficas realizam levantamento hidrográficos portuárias, costeiras e oceânicos, bem como o processamento dos dados daí resultantes. Através dos Meios Navais, nomeadamente os dois navios de capacidade oceânica – NRP D. Carlos I e NRP Almirante Gago Coutinho – é estudado o Oceano, trabalhando na sua realidade.

As responsabilidades nacionais atribuídas ao IH implicam a criação de escola e esta é a função da Escola de Hidrografia e Oceanografia. Esta escola promove os cursos necessários à formação profissional dos quadros, civis e militares, e está aberta a alunos civis não pertencentes ao Instituto.

O IH, para além de responder às solicitações da Marinha, trabalha em estreita cooperação com as Universidades, Laboratórios e outras instituições ligadas à investigação e desenvolvimento do País.

A assinalar esta visita da AACDN, o Presidente da Direcção, Dr Abílio Ançã Henriques, assinou o Livro de Honra daquele órgão da Marinha.

Um almoço-volante nos claustros do jardim encerrou a visita.

A Importância do IDN na Sociedade Portuguesa

Sob o título em epígrafe, o General Loureiro dos Santos – ex-CEME e ex-Ministro da Defesa Nacional – proferiu uma conferência no Instituto da Defesa Nacional, assinalando a celebração dos 30 anos do IDN, no passado dia 12 de Julho. Vale a pena destacar algumas passagens que muito contribuíram para um vivo debate gerado no seio de tão distinta audiência:

O aparecimento do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional [antecessor do IDN] deve-se à acentuação do conceito amplo, interdisciplinar e integrado de Defesa Nacional, que a segunda guerra mundial consolidara (...) esta concepção fora aceite (...) com a criação do Ministério da Defesa Nacional e do Secretariado-Geral de Defesa Nacional, embora de forma mitigada, pois persistiram os ministérios do Exército e da Marinha e a Secretaria de Estado da Força Aérea (...) esta visão mitigada do conceito de Defesa Nacional permitia a ambiguidade de responsabilizar os militares por problemas que os responsáveis políticos tinham criado e que não conseguiam ou não queriam resolver politicamente (...) podemos distinguir dois períodos: o primeiro (...) durante o qual o trabalho do IDN foi acolhido pelos responsáveis políticos, e teve tradução ao nível legislativo; o segundo (...) durante o qual não só não se concretizou a concepção de Defesa Nacional adoptada por Portugal, mas ainda se regrediu nos progressos alcançados no período anterior.

(...) O Primeiro-Ministro ficou com a responsabilidade da direcção e condução da Política de Defesa Nacional, (...) é criado (...) o Conselho Superior de Defesa Nacional. O órgão de *staff* (...) para assuntos de Defesa Nacional, com o nome de Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional ficou inserido (...) no Ministério da Defesa Nacional (designação incorrecta, pois apenas é Ministério das Forças Armadas) (...) esta Direcção-Geral "apoiaria o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa Nacional" nos assuntos relativos à defesa nacional (...) o IDN, embora tutelado pelo MDN, funcionaria como órgão de estado-maior técnico ou especial para assuntos de Defesa Nacional, portanto para assuntos da responsabilidade do Primeiro-Ministro.

(...) o Presidente da República viu as suas competências limitadas (...) A Assembleia da República guardou para si a legislação fundamental da Defesa (...) O Ministro da Defesa Nacional passou a exercer a tutela das Forças Armadas, cingindo-se apenas a Ministro das Forças Armadas, na medida em que (...) "é politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da política de defesa nacional" e tem o encargo adicional da responsabilidade administrativa da Direcção-Geral da Política de Defesa Nacional e do IDN, na área de apoio ao Primeiro Ministro (...) os resultados positivos do trabalho do IDN vieram mesmo a estender-se à aprovação do primeiro Conceito Estratégico de Defesa Nacional (...) Presentemente, o órgão de conselho (não está explicitado de quem) para assuntos de defesa nacional encontra-se manifestamente obsoleto (...) A Direcção-Geral da Política de Defesa-Nacional nunca exerceu o seu papel de apoio do Primeiro-Ministro em assuntos de defesa nacional (...) o Primeiro-Ministro não dispõe, pelo menos que se saiba, de órgão de *staff* que o apoie no exercício das suas competências de direcção nesta matéria (...) Recordemos: não existe gabinete de apoio do Primeiro-Ministro para esta tarefa [elaboração da proposta do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, CEDN]; e o MDN não possui meios para a exercer, nem ela é da sua competência (...) o Ministro da Defesa é apenas responsável pela componente militar da defesa nacional, ou seja, pelas Forças Armadas, e é por este sector que se encontrará prioritariamente preocupado, já que por ele e apenas por ele lhe podem ser pedidas responsabilidades….

(...) Enquanto as Grandes Opções do Plano olham, analisam e coordenam os diversos sectores de actividade do Estado pela óptica do desenvolvimento, o CEDN encara-os sob o prisma da Segurança (...) É preciso reformular o Conselho Superior de Defesa Nacional (...) criar um órgão de *staff* para apoiar o Primeiro-Ministro em matéria de política de defesa nacional; e transferir o IDN para a directa dependência do Primeiro-Ministro (...) nunca houve condições mais adequadas para avançar com estas reformas.

Por um lado, têm assento no Conselho de Ministros dois ministros com a correcta percepção desta temática: o Ministro dos Negócios Estrangeiros, ex-auditor do Curso de Defesa Nacional e anterior Ministro da Defesa; e o actual Ministro da Defesa, que foi auditor do CDN e, posteriormente, Director do IDN (...) Por outro lado, parece existir convergência estratégica entre o Presidente da República e o Governo, no campo da Segurança e Defesa. Finalmente, encontramo-nos numa grave situação de crise económica e financeira. É sabido que as situações de crise propiciam notáveis oportunidades para levar a efeito mudanças profundas.

(...) O Instituto de Defesa Nacional (...) tem prestado relevantes serviços à sociedade portuguesa. Mas é necessário e urgente reforçá-lo.

In Memoriam

De Paulo Vallada, Auditor que foi do CDN e, também, Presidente da Assembleia Geral da AACDN. Vítima de doença, faleceu no dia 5 de Junho do corrente ano, no Porto, sua terra natal.

À família enlutada, a AACDN, na pessoa do seu Presidente, apresenta sentidas condolências.

(Vide UmDeCadaVez,
inserto no Cidadania e Defesa nº 6, Outubro de 2002)

Quotas em 2006

Em Assembleia Geral ordinária da AACDN, foi deliberado fixar a quota anual em **60,00 Euros**, valor que entrou em vigor em Janeiro de 2005. Tal valor mantem-se em 2006.

Para os associados que ainda não tiveram oportunidade de o fazer, **solicita-se o pagamento das quotizações**, actual e em falta, utilizando um dos seguintes meios:

- Por débito na conta bancária do sócio, através do preenchimento e remessa à Sede da AACDN (Praça do Príncipe Real, nº 23 R/C Dtº, 1250-184 Lisboa) do impresso de "autorização de débito em conta", enviada com o Boletim 14/2004;
- Por transferência ou depósito na conta bancária da AACDN, na Caixa Geral de Depósitos (NIB: 0035 0667 0000 0479 0307 7), que poderá ser efectuado em qualquer Caixa Multibanco, num balcão da Caixa Geral de Depósitos, ou através do Internet Banking;
- Por transferência directa na CGD para a conta 0667 000479 030;
- Por cheque remetido à Sede.

Em qualquer dos casos, é fundamental **indicar sempre o número de sócio**, de modo a permitir aos Serviços da Associação identificar a proveniência dos valores recebidos.

Actualização do Endereço Electrónico

Com o apoio e patrocínio da PT e Telepac, foi instalado na Sede da AACDN o sistema ADSL de ligação rápida à Internet.

Numa base de rapidez e eficácia, esta nova situação permite encarar de modo diferente a ligação ao exterior, só viável se dispusermos dos endereços electrónicos de todos os associados.

Por experiência, verifica-se que uma boa parte dos endereços disponíveis está desactualizado ou incorrecto, urgindo um esforço de actualização, vantajoso para todos.

Apelando ao espírito de colaboração, agradecemos que, com uma simples mensagem de teste, informem a AACDN do seu endereço electrónico actual, profissional e pessoal.

Para o efeito, é possível utilizar os seguintes endereços:

aacdn.sede@mail.telepac.pt
aacdn@oninet.pt
www.aacdn.pt <http://www.aacdn.pt>
(forum do nosso site)
213 465 888 (Telefone)
213 257 888 (Fax)

Muitos continuam a ser os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de três décadas, se notabilizaram nas mais diversas áreas: nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra. Porque a sua acção é digna de mérito, vale a pena ficar a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Maria do Céu de Pinho Ferreira **Pinto** nasceu a 28 de Outubro de 1967, em Romariz, no concelho da Feira, distrito de Aveiro. Obteve a Licenciatura em Relações Internacionais na Universidade do Minho, em 1990. Em 1994, concluiu o Mestrado em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa com a tese: *Islão, Fundamentalismo e a Revolução Iraniana*. Em 1997, obteve em Inglaterra, na Universidade de Durham, o Doutoramento com a tese de investigação *US Policy towards the Islamist Movements in the Middle East: with special Reference to the Cases of Egypt and Jordan*.

É docente na Universidade do Minho, sendo actualmente Prof. Aux. de nomeação definitiva com Agregação. Foi directora do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais.

É especialista em assuntos do Islão e Médio Oriente e em Organizações Internacionais. Participa frequentemente na imprensa escrita e nos meios de comunicação social.É autora de numerosas publicações. Destacam-se as participações na *Enciclopédia Verbo* e no *Dizionario sull´Integrazione Europea (1946/2006)*. Destacam-se também os livros: *O Islão na Europa* (coord); *Islamist and Middle Eastern Terrorism: A Threat to Europe?;Infiéis na Terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão; Political Islam and the United States: A Study of U. S. Policy towards the Islamist Movements in the Middle East*. Tem em fase de publicação o livro A*s Nações Unidas e a Manutenção da Paz*.

Tem recebido numerosas bolsas de investigação, nomeadamente: do Centro Militare di Studi Strategici; da Fundação para a Ciência e Tecnologia; da NATO (Individual Research Fellowship); da Fundação Calouste Gulbenkian.

É actualmente a coordenadora e responsável científica pelo projecto *Radical Islamic Thought in Europe and the Terrorist Networks*.

É membro do Conselho Consultivo da revista *Relações Internacionais* e do Conselho Editorial da revista *Política Internacional e* membro-fundador do Centro Português de Geopolítica e da Associação Portuguesa de Ciência Política. Integra o Conselho Directivo do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança.

É Auditora do CDN 2000.

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Grupo SATA
Touch the Azorean Spirit
ANA Aeroportos de Portugal SA
Millennium bcp
BPI
Caixa Geral de Depositos
MONTEPIO GERAL
PT
DELTA
Global COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
SGC
Brisa
ÁGUAS DE PORTUGAL
M. & J. PESTANA
SOCIEDADE DE TURISMO DA MADEIRA S.A.
ASC AUTO-SUECO (COIMBRA), LDA.
ren Rede Eléctrica Nacional, S.A.
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA
Jornal do Exército

A partir de agora, os concessionários Audi, Skoda e Volkswagen estão abertos 24 horas por dia para lhe possibilitar Online configurar, escolher e negociar a compra da sua viatura, recebendo comodamente no seu e-mail a proposta personalizada do concessionário da sua zona de residência.
Sempre que quiser e 24 horas por dia, pode aceder a um conjunto de serviços que lhe permitem:

SIVA online Grupo SAC

- Pesquisar viaturas novas Audi, Skoda e Volkswagen para entrega imediata
- Pesquisar viaturas semi-novas multimarca
- Marcar test-drives e revisões online
- Simular cotações de renting e financiamento

Para descobrir tudo isto e muito mais entre no mundo SIVAonline em www.sivaonline.pt ou contacte-nos através do SIVAdirecto 263 407 300